

# 'Golpe contra a soberania'

O presidente da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, Edgar Fernando Rodrigues, denunciou ontem, em nota oficial, a posição do Cimi contra a mineração na Amazônia como parte de um lobby a serviço do capital europeu. Ele exigiu a imediata remarcação das terras indígenas e disse que a Funai não exerce mais tutela sobre os índios.

"É um golpe contra a soberania nacional. Uma tentativa de rasgar a integridade da nação brasileira e frustrar os anseios e aspirações das nações indígenas, que querem uma participação igualitária na exploração dos recursos minerais existentes em suas terras".

Esta foi a dura reação do presidente da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, Edgar Fernandes Rodrigues, ao comentar as denúncias contra o Conselho Indigenista e Missionário Cimi, publicados pelo "O Estado de S. Paulo" transcritas em Manaus pelo Jornal do Comércio.

Edgar Rodrigues recebeu a reportagem deste jornal nos estúdios da TV Amazonas, na Av. Carvalho Leal, Cachoeirinha, pouco antes de participar de um programa ao vivo na emissora, ao meio-dia de ontem onde entregou uma nota repudiando o Cimi. Primeiro presidente eleito da FOIRN, este índio baré de 22 anos defende a cidadania plena para os indígenas brasileiros, descartando a tutela da Funai, que segundo ele "na prática já não existe mais e deve acabar".

Nós não delegamos ao Cimi competência para defender os interesses indígenas do Alto Rio Negro. Muito menos somos a favor das restrições à mineração em terras indígenas que estão a impor na Constituinte. "Se essas imposições passarem, o Cimi e as entidades que se dizem defensoras da causa indígena estarão prestando um desserviço à economia do Brasil, do Amazonas, e às nações indígenas", disse o líder indígena.

## A PALAVRA DE ORDEM

"A palavra de ordem nas nações do Alto Rio Negro é explorar as riquezas do subsolo. Para isso, estamos exigindo a imediata remarcação de nossas terras e a revogação da tutela da Funai. Estamos amadurecidos cultural e politicamente para saber o que é melhor pra nós. E compreendemos agora que o melhor é explorar nossas riquezas. Como não temos capital e tecnologia, é coerente que aceitemos a participação associativa da empresa nacional, privada ou estatal", diz o presidente da FOIRN.

Para ele, os resultados imediatos dessa exploração racional seriam o fim da desnutrição generalizada nas raças indígenas da região; do analfabetismo; implantação de serviços de saúde preventiva e curativa; e, educação. O município (São Gabriel da Cachoeira) também sairia ganhando, com a melhoria dos serviços de transportes, saneamento, habitação, saúde e educação.



Rodrigues, pelos índios do Rio Negro, quer a presença associativa das mineradoras

O líder indígena afirmou que existe uma unanimidade a favor da exploração equilibrada dos recursos minerais. "Não aceitamos mais tutela, não aceitamos mais que grupos alheios aos nossos objetivos levem bandeiras por nós. Essa história de reserva, de santuário, nós repudiamos. O que a gente quer é curar a dor das populações indígenas. E vamos dizer isto ao ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, quando ele for nos visitar em Pari-Cachoeira, no mês de setembro".

Esta é a íntegra da nota da FOIRN entregue ao JC:

### DECLARAÇÃO

Eu, Edgar Fernandes Rodrigues, brasileiro, de ascendência indígena baré, 22 anos, solteiro, residente e domiciliado na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, eleito 1º presidente da FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO, no dia 30 de abril do ano corrente, por ocasião da II Assembléia dos Povos Indígenas do Rio Negro, considerando:

a. que represento, por eleição legal e de-

mocrática, cerca de 45 mil índios da região do Alto Rio Negro, na qualidade de Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro;

b. que as lideranças tradicionais da região do Alto Rio Negro, já se pronunciaram em documento firmado em Brasília-DF, em 6 de julho de 1987, sobre a autodeterminação como aspiração básica, sobre as expectativas em relação aos poderes nacionais constituídos, sobre a falta de legitimidade de pseudo-defensores não constituídos pelos povos indígenas e sobre os instrumentos legais reguladores de seu relacionamento com o mundo envolvente;

c. que recente denúncia apresentada pelo jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, na edição de 9 de agosto de 1987 e em edições subsequentes, dá conta da ingerência de entidades não brasileiras em assuntos exclusivamente brasileiros e da intenção de tais entidades em utilizar-se dos povos indígenas como mero instrumento para a consecução de seus objetivos;

d. que entidades ditas nacionais, infiltradas por elementos estrangeiros, teimam em as-

sumir o papel de nossos defensores, que não nomeamos e não reconhecemos, que, ao contrário, repudiamos esses espúrios representantes de seus próprios interesses e de interesse contrário do Brasil.

Venho a público, em nome dos cerca de 45.000 índios que represento, declarar:

1. os povos indígenas da região do Alto Rio Negro são, antes e acima de tudo, brasileiros e, como tais, defenderão seus interesses dentro do contexto brasileiro e sob a égide da lei brasileira;

2. os povos indígenas da região do Alto Rio Negro não são "patrimônio da humanidade", nem admitem sua preservação em redoma de cristal, impedidos de evoluir como autodeterminem, para "seu desfrute pelas grandes civilizações europeias";

3. os povos indígenas da região do Alto Rio Negro não são apáticos e nem preguiçosos como querem seus exploradores, são apenas condicionados por culturas próprias e diferenciadas que assumem o que serão alteradas ou adaptadas segundo o princípio básico de autodeterminação;

4. os povos indígenas da região do Alto Rio Negro são membros da grande nação brasileira, a ela integrados, mantidas suas características e seus objetivos específicos como o grupo componente;

5. os povos indígenas da região do Alto Rio Negro repelem com veemência a tutela, a defesa, a orientação, a representação não concedida, a falsa identidade de propósitos de indivíduos ou organizações, brasileiras ou não, religiosos ou não, que estejam de acordo com os objetivos contrários ao Brasil, denunciados nas citadas edições do jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO";

6. os povos indígenas da região do Alto Rio Negro repelem com veemência a caracterização dos políticos brasileiros como "pouco perspicazes" e "ávidos por votos" e neles confia, principalmente nos membros da Assembléia Nacional Constituinte, que saberão colocar-se à altura dos interesses nacionais, impedindo a consecução de objetivos contrários ao Brasil.

São Gabriel da Cachoeira-Am, 13 de agosto de 1987: Edgar Fernandes Rodrigues — Presidente da FOIRN

## Álvaro Tukano faz críticas à Assembléia Constituinte

Álvaro Tukano, 33 anos, ex-candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de novembro do ano passado, ao comentar os debates e propostas em torno da questão indígena no Congresso Constituinte, tece várias críticas ao direcionamento que está sendo dado ao tema.

Falando ao Jornal do Comércio, ontem pela manhã, o índio Tukano diz que os constituintes estão tratando o Amazonas como "a colônia que nunca deixou de ser". "O Estado continua exportando riquezas e sendo tratado como colônia, recebendo esmolas do Governo Federal. Só a exploração dos minérios poderá romper com esse processo de dominação".

"Nós índios, estamos dispostos a dar a nossa contribuição para o desenvolvimento nacional. Não aceitamos as restrições que a Constituinte nos quer impor", diz ele.

Se passar na Constituinte, o capítulo que trata da mineração em terras indígenas praticamente inviabiliza essa atividade na Amazônia. O texto inserido no anteprojeto do relator Bernardo Cabral diz que atividade mineral em terras indígenas é de competência da União, e só ocorrerá desde que haja incidência do bem mineral a ser explorado em outras regiões, e que este seja incapaz de



Tukano: "Nós estamos de olho neles"

abastecer o mercado interno.

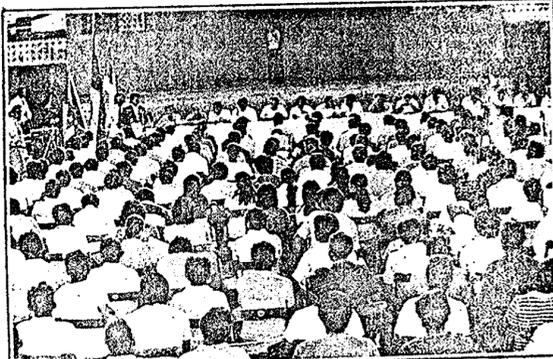
Além de limitar a exploração do minério na Amazônia, o anteprojeto, se aprovado, retira o Brasil do mercado internacional beneficiando os oligopólios da mineração. Álvaro Tukano apela à sensibilidade dos constituintes para esse tema polêmico.

"Nós queremos a autodeterminação, a remarcação de nossas terras e o direito de decidir, sem a tutela de ninguém, o que fazer com nossos

recursos". "Queremos, por exemplo, arradicar a tuberculose que assola 60% das populações indígenas do Alto Rio Negro; oferecer transporte fluvial e aéreo para nossos irmãos; ter abundância de alimentos e educação para nossos filhos".

"O não atendimento dessas necessidades — afirma Tukano — será visto para nós como uma traição aos constituintes. Uma traição aos indígenas, que têm direito de decidir seus destinos".

## O que é a FOIRN?



Nesta assembléia os índios formalizaram o afastamento da Igreja

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro foi criada em 30 de abril deste ano, no encerramento da Segunda Assembléia dos Povos do Alto Rio Negro, que reuniu mais de 30 mil índios no município de São Gabriel da Cachoeira, na fronteira do Brasil com a Colômbia.

A FOIRN nasceu em meio a uma tumultuada discussão entre representantes da Cimi, antropólogos, Funai, mineradoras e garimpeiros. Seu surgimento significou um radical afastamento dos índios do Alto Rio Negro da esfera de influência das missões da Igreja Cató-

lica. A ela estão afiliadas 17 nações indígenas, que juntas reúnem 45 mil índios São os Tukano Yanomami, Arapáso, Maku Pira-tapuya, Dessano, Tuyuca, Miriti-Tapuya, Tariano, Wanano, Kuripáço, Baré, Baniwa, Barassano, Karapaná, Kubewa, e Camá.

Essas nações, segundo o presidente da FOIRN, Edgar Rodrigues, acabaram por compreender ao longo dos anos que o Governo Federal era incapaz de atender suas necessidades de sobrevivência e garantir a integridade de suas terras. Emancipadas, elas querem o fim da tutela da Funai, a demarcação das terras e

a autodeterminação.

Em relação às mineradoras, a FOIRN entende que ao invés de ser um instrumento desagregador das culturas indígenas do Alto Rio Negro, estas desenvolvem uma atividade de profundo alcance econômico e social, na medida em que afastam das reservas a garimpagem predatória e descontrolada, pondo fim aos assassinatos de índios; ao contrabando e às doenças infectocontagiosas. É pretensão da FOIRN legalizar e sistematizar suas relações com as empresas mineradoras, para participar dos lucros das extrações de minérios recebendo royalties.